



O LIVRO DIDÁTICO E A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Renata Duarte Simões¹
 Vinícius da Silva Ramos²
 Diego da Silva Ramos³

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar as diferentes formas de tratamento, discussão e exibição do golpe civil-militar de 1964 no Brasil, assim como seu posterior desdobramento em 21 anos de uma ditadura que reprimiu e violentou a democracia, em diferentes livros didáticos, em uma tentativa de enxergar aproximações e distinções de acordo com cada autor e época discutida. A pesquisa busca demonstrar os usos e desusos do livro didático na sociedade, entendendo-o como importante estratégia de propagação de discursos ideológicos e regimes políticos. Como fonte primária, recorreu à análise de quatro livros didáticos encontrados no depósito de uma escola de Magé/RJ, publicados entre as décadas de 1970 e 2001 e que trazem, em seu conteúdo, debates sobre o período da ditadura militar no país. Concluiu que a ditadura militar usou os livros didáticos como meio de propaganda do regime, assim como deixou profundas marcas na didática do Ensino Básico brasileiro que, de diferentes formas, vão sendo superadas em nosso país.

Palavras-Chave: Ensino de História. Livro Didático. Ditadura.

THE TEXTBOOK AND THE MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL

ABSTRACT

This work aims to analyze the different forms of treatment, discussion and display of civil-military coup of 1964 in Brazil, as well as its subsequent development in 21 years of dictatorship that suppressed democracy and raped in different textbooks, in an attempt to see similarities and distinctions according to each author and then discussed. The research seeks to demonstrate the uses and no uses of the textbook in society, understanding it as an important strategy for the propagation of ideological discourses and political regimes. As a primary source, it resorted to the analysis of four didactic books found in the warehouse of a Magé/RJ school, published between the 1970s and 2000s, and which bring, in their content, debates about the period of the military dictatorship in the country. It concluded that the military dictatorship used textbooks as a mean of propaganda of the regime, as well as left deep marks in the didactics of Brazilian Basic Education, which in different ways are being overcome in our country.

Keywords: Teaching History. Textbook. Dictatorship.

EL LIBRO DE TEXTO Y LA DICTADURA MILITAR EN BRASIL

¹ Doutorado em História da Educação e Historiografia pela Faculdade de Educação da USP, Brasil(2009) Coordenadora Adjunta do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social , Brasil. E-mail: <renasimoes@hotmail.com>

² Doutorado em Física pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil(2010) Professor Adjunto IV da Universidade do Estado do Rio de Janeiro , Brasil. E-mail: <ramosvinicius600@gmail.com>

³ Mestrado em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil(2015) Doutorando da Universidade do Estado do Rio de Janeiro , Brasil. E-mail: <diegoramos_22@yahoo.com.br>



RESUMEN

Este trabajo tiene por objetivo analizar las diferentes formas de tratamiento, discusión y exhibición del golpe civil-militar de 1964 en Brasil, así como su posterior desdoblamiento en 21 años de una dictadura que ha reprimido y violentado la democracia en diferentes libros de texto, en una tentativa de ver aproximaciones y distinciones de acuerdo con cada autor y época discutida. La investigación busca demostrar los usos y desusos del libro de texto en la sociedad, entendiéndolo como importante estrategia de propagación de discursos ideológicos y regímenes políticos. Como fuente primaria, recurrió al análisis de cuatro libros de texto encontrados en el almacén de una escuela de Magé/RJ, publicados entre las décadas de 1970 y 2001 y que traen, en su contenido, debates sobre el período de la dictadura militar en el país. Concluyó que la dictadura militar usó los libros de texto como medio de propaganda del régimen, así como dejó profundas marcas en la didáctica de la Enseñanza Básico brasileña, que de diferentes formas, van siendo superadas en nuestro país.

Palabras Clave: Enseñanza de Historia. Libro de texto. Dictadura.

A linguagem, escrita ou falada, sempre foi e será alvo de disputa entre os diferentes setores da sociedade, e o livro didático não foge à regra. Sua construção é passível de modificações, acréscimos e subtrações para melhor atender aos interesses do setor da sociedade que o produz e ao qual se dirige. A teoria de Bakhtin (*apud* MAESTRI; CARBONI, 2003) acerca da linguagem e sua representação social serve de baliza conceitual introdutória para este trabalho, haja vista que nossa pesquisa guiar-se-á pela tentativa de demonstrar, em algumas situações, os usos e desusos do livro didático na sociedade. Para o estudioso russo, a linguagem torna-se hegemônica a partir do momento que se impõe e reproduz das mais variadas formas. Para nós, o livro didático desempenha, também, o papel de reprodutor das lutas interiores na sociedade capitalista.

Esses usos do livro didático se refletem basicamente na seleção, inserção e *esquecimento* de determinados assuntos e fatos, dado que, em vários momentos, percebemos essas táticas utilizadas pelos autores e já foram percebidas por pesquisadores do discurso e da linguagem, como Benedict Anderson (2008) que trata do tema de forma sintética, mas esclarecedora. Para o autor, o que é registrado e omitido por cada escritor em sua obra é de fundamental importância para compreender as motivações com a sua produção; ou seja, não cabe ao pesquisador julgar o trabalho como bom ou ruim, mas tentar perceber as nuances e intenções.

A título introdutório, faremos uma breve, porém necessária discussão acerca do movimento que desembocou na ditadura militar que se sustentou, no Brasil, entre 1964 e 1985.

Em 1º de abril de 1964, o Brasil entrou naquele que muitos denominam ser o período mais nebuloso e triste do país. Um golpe de Estado perpetrado pelo exército brasileiro, com o amplo apoio de camadas médias e altas da população (REIS FILHO, 2001), derrubou o vice-presidente João Goulart, eleito democraticamente e que estava no poder completando o mandato de seu antecessor-desistente, Jânio Quadros.⁴ Seguir esta linha de raciocínio, provavelmente, simplificaria demais um processo que já vinha se arrastando há mais de dez anos, um processo engendrado por tentativas de golpes, contragolpes e *golpes-preventivos* (MIRANDA, 2010).

Contudo, não cabe, neste momento, uma discussão aprofundada sobre o contexto que levou ao golpe, ou todas as confusas idas e vindas da legalidade brasileira durante o final da chamada experiência democrática. Como já afirmamos, nosso intuito é de apenas introduzir o tema.

Quando da queda de João Goulart, vários historiadores concordam da participação efetiva dos setores conservadores da classe média em sua composição (REIS FILHO, 2001). Interesses diversos poderiam constar no íntimo daqueles que aplaudiam a tomada de poder pelos militares. No entanto, um mesmo desejo unia tanto os militares quanto os civis: evitar que o Brasil virasse uma *república sindicalista* (TOLEDO, 2004) ou afastar o perigo de uma *democracia populista* (REIS FILHO, 2001).

Embora ainda hoje existam historiadores que insistam em afirmar que o principal fato que levou à derrubada de Goulart foi simplesmente a sua inabilidade política e a parcimônia em tentar resolver as convulsões de uma frágil e constantemente agredida democracia (VILLA, 2004), já estamos a salvo deste tipo de reducionismos e temos como contabilizar outros fatores, muito mais ligados ao tal *perigo vermelho* que Goulart representaria para as classes médias.

Uma vez apoiando o regime em vigor a partir de 1964, a sociedade civil passou a se enraizar pelas estruturas do poder vigente de várias formas: com respaldo financeiro, logístico, de pessoal ou até mesmo ideológico, denunciando um colega de trabalho (ROLLEMBERG, 2003), por exemplo. Várias foram as maneiras de prestar solidariedade e render homenagens ao regime ditatorial brasileiro. Entendemos que, dentro de tal contexto, a ditadura militar utilizou-se, inclusive, da produção didática, como veremos a seguir.

⁴Este tema é minuciosamente tratado em TOLEDO, Caio Navarro de. *O Governo Goulart e o Golpe de 1964*. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Tudo é história; 48).

A história do livro didático no Brasil tem, hoje, especialistas que dialogam, em suas pesquisas, sobre toda a trajetória dele. Alguns estudiosos ocupam-se em problematizar as várias fases vividas por ele, e outros buscam entender como o livro didático funcionava e atendia os interesses dos seus criadores e utilizadores (professores e alunos). O livro didático é um instrumento que possibilita, ainda, aos profissionais da História, entender os principais processos históricos que se desenrolavam no momento em que eram produzidos. O livro didático escrito durante o primeiro governo Vargas, por exemplo, estava carregado de conceitos e significados ideológicos da época e para ela. Da mesma forma que, atualmente, devido aos avanços na pesquisa do campo historiográfico, temos um material mais adaptado às nossas necessidades contemporâneas.

O intuito deste artigo não é, de maneira alguma, aprofundar o debate em campo que não dominamos, que é o das análises técnicas sobre como, onde, porque foi produzido o livro didático, mas associar a experiência docente com a análise crítica de farto material disponível. Antes de expormos o resultado de nossas impressões, é preciso fazer uma breve passagem sobre alguns modelos de livros didáticos que foram utilizados no Brasil em sua história recente.

O livro didático no Brasil e os procedimentos desta pesquisa

No Brasil, a utilização do livro didático foi impulsionada no primeiro governo Vargas, através do Decreto-Lei nº 1006, de 30 de dezembro de 1938 (BRASIL, 1938), com a criação da Comissão Nacional do Livro Didático. Tal medida foi de grande contribuição para a Educação no país. No entanto, hoje fica claro que havia, também, uma necessidade de propagandear, mesmo que em pequena escala, tanto na quantidade de livros, quanto na estatura dos leitores, as ideias do Estado Novo.

Os ventos democráticos sopraram no Brasil após a queda de Getúlio Vargas e o fim da II Guerra Mundial, ventos previstos como fortes, mas que não passaram de brisas. Toda a expectativa em torno da democratização do país não se concretizou de maneira completa, afinal, durante o governo Dutra, o Partido Comunista do Brasil foi cassado e a polícia política continuou com o trabalho de vigilância (REZNIK, 2004). Na área educacional, não podemos deixar de citar, como exemplo de democratização, o Artigo 5º do Decreto-Lei nº 8460, de 26 de dezembro de 1945 (BRASIL, 1945), a partir do qual o professor passa a escolher o livro

didático. Embora possa parecer uma pequena mudança, a possibilidade de escolha do livro pelo professor representou um avanço em questão de autonomia para o docente e melhoria para o aluno.

Este artigo, no entanto, não enfatiza a produção didática que ocorre no governo Vargas. Nosso objetivo, até este momento, foi apenas de situar o leitor sobre alguns apontamentos acerca do livro didático, desde a sua utilização prática nos anos de 1930 até o fim da experiência democrática brasileira. Privilegiaremos, aqui, algumas produções que surgiram sob a tutela ideológica do governo autoritário dos generais. Esta ditadura, assim como qualquer outra, dependia essencialmente de um forte e eficaz maquinário de propaganda (FICO, 2003). Dentre esses mecanismos, o livro didático foi, também, entendido pelos pensadores do regime como um instrumento de difusão de suas ideias.

Utilizamos como fontes, para esta pesquisa, livros produzidos para o ensino de História entre 1974 e 2001. Nossa opção baseou-se na tentativa de analisar os materiais didáticos que pudessem representar a produção intelectual voltada para discentes do Ensino Fundamental, utilizando a lógica de eger, aproximadamente, um livro para década. Como já afirmamos, o tema destacado foi a abordagem do período da ditadura militar em cada uma das obras. A pesquisa buscou registrar como os autores se preocuparam em abordar, assim como destacou Anderson (2008), determinados temas e desprezar outros. Ainda, como esses autores retrataram diferentemente o período do regime de exceção no país.

Os quatro livros selecionados foram encontrados em um depósito de uma escola privada no município de Magé/RJ, quando autores deste artigo, que ora apresentamos, ainda eram jovens professores que iniciavam a carreira. A partir de discussões iniciadas com colegas do curso de Pedagogia da Universidade Gama e Souza, no Rio de Janeiro, e da produção de uma palestra sobre as diferentes formas de abordar a ditadura militar para o Ensino Básico, ministrada nessa mesma turma, decidimos que seria o momento de uma abordagem mais aprofundada sobre o tema. Para tanto, selecionamos as partes dos livros encontrados que tratassem do tema da Ditadura Militar e iniciamos o processo de comparação. Analisamos diferentes obras veiculadas em momentos históricos distintos da história brasileira, estendendo-se do auge do regime ditatorial até o século XXI, passando pelo processo de redemocratização. Ao compararmos inicialmente essas obras, foi possível observar expressivas diferenças na metodologia e na transmissão dos conteúdos, de acordo com o contexto de cada época.

A Ditadura revisitada por meio dos livros didáticos

O livro didático não está descolado do tempo e do espaço, faz parte de uma série de estratégias de construção de uma ideia de nação e de valores. Não podendo ser comparado a uma simples mercadoria, transmite muito mais do que somente informações sobre fatos históricos, transmite ideias que transcendem gerações e criam expectativas e memórias. Segundo Corrêa (2000), a história por trás dos livros didáticos é muito mais do que somente entender como os conteúdos eram tratados em tal época, sendo responsáveis por “[...] significativa contribuição para a história do pensamento e das práticas educativas ao lado de outras fontes escritas, orais e iconográficas” (CORRÊA, 2000, p. 12).

Para a autora, os livros didáticos podem revelar representações e práticas de uma sociedade que anseia por um projeto de nação, um país a ser construído. Afinal, as novas gerações serão as grandes consumidoras dessas obras e, a partir de então, farão suas reflexões, escolherão seus heróis e, muitas vezes, seus bandidos. O livro didático tem a característica de ser uma obra pensada para o futuro, para a geração que ainda será forjada pela escola.

Apesar de servirem como legitimadores de tantas práticas e construtores de memórias, além de ajudarem a manter a hegemonia de uma classe sobre outra, o livro didático tem sido sistematicamente esquecido por ser considerado *descartável* e *pouco acadêmico*. Somente há alguns anos é que uns poucos trabalhos de fôlego partiram nesta empreitada, muitas vezes olhada com desconfiança por parte de nossa historiografia. Nosso artigo insere-se no esforço de superar este estigma e contribuir para o debate sobre tão importante instrumento de trabalho do professor.

No livro *Ensino moderno de História do Brasil* (1974), o autor L. G. Mota Carvalho cria um manual de História do Brasil desde seu descobrimento até o ano de 1973. Baseado em uma historiografia atualmente arcaica, mas que na época ainda era muito utilizada, o livro foi produzido naquele que foi considerado o melhor momento da ditadura, o chamado *Milagre*, um período em que o Brasil conseguia números animadores no campo econômico e desalentadores no campo social (FISHLOW, 1988).

Mota Carvalho (1974) claramente adequou-se ao modelo de produção de informação do regime. Em seu livro, na parte em que trata da *Revolução Redentora*,⁵ valorizou

⁵ Conceito utilizado pelos militares durante a ditadura para se referir ao golpe de 1964.

os grandes vultos (os generais-presidentes) e as grandes obras produzidas por eles. Um fato curioso é o espaço maior dedicado ao governo Jânio Quadros, que durou apenas oito meses, enquanto o espaço de exposição do governo João Goulart, com duração muito maior, quase não aparece. O vice-presidente, que assume após a renúncia de Quadros, é citado em apenas dois momentos, e os fatos de seu governo são tratados com indiferença em relação a sua pessoa. *Jango* é apresentado como um simples coadjuvante, cujo governo foi passado por força das circunstâncias. O protagonismo de Goulart, suas ações e as lutas classistas, que envolveram a sua passagem pela presidência, foram deixadas de lado. Em seguida, ao explicar o contexto que levou à implantação da ditadura, apresentam justificativas pautadas no caos institucional e econômico (vide figura 1) como motivos para a derrubada de João Goulart (CARVALHO, 1974).



Figura 1 - João Goulart
Fonte: Carvalho (1974, p. 155).

Outro dado interessante é que a última página do livro trata do afastamento, por motivo de doença, do então presidente Costa e Silva, onde assim podemos ler:

Dois anos de trabalhos intensos desgastaram o presidente Arthur da Costa e Silva, que com a saúde abalada não pôde mais continuar a governar o Brasil. Para substituí-lo o Congresso Nacional elegeu o General Emílio Garrastazu Médici, que governará o Brasil até o ano de 1974 (CARVALHO, 1974, p. 157).

Interessante notar, nesse trecho, o fato de o autor relacionar a perda da saúde de Costa e Silva a seus intensos trabalhos, passando a impressão de que o general preferiu abnegar de sua saúde à administração do país.

Contudo, após as análises destas questões, devemos entender que, em qualquer campo, o regime ditatorial tentava impor ideias por meio da propaganda, inclusive nos livros didáticos, que eram voltados para um público em formação. De acordo com Carlos Fico (1997), em *Reinventando o Otimismo*, existiam duas explicações clássicas para a mobilização dos militares em prol da propaganda. Uma se devia ao fato de já existir um *movimento mobilizatório da sociedade*, que traria a necessidade de investimentos por parte do regime nesta tática. A propaganda, então, serviria como um meio de anular tais movimentos mobilizatórios que, por sua vez, produziram a contrapropaganda para tentar *combater* a propaganda do regime, este último não aconteceu. A outra explicação seria a de que toda esta produção propagandística foi planejada dentro de uma *conspiração ardilosa* dos militares. Fico (1997) defende, não obstante, que todas as duas são explicações simplistas e que merecem ser problematizadas.

A criação de modelos propagandísticos, para a época, não representava uma resposta à contestação sofrida pelo regime, mas a difusão de “uma imagem positiva dos governos militares, desviando a atenção de boa parte da população dos desmandos que eles próprios praticavam” (FICO, 1997, p. 92).⁶ A necessidade de criar uma imagem positiva do regime era candente, pois apesar de contarem com fatores positivos, como a conquista da Copa de 1970 e os ganhos do *milagre econômico*, precisavam lidar com o problema da inflação e da crise do petróleo (FICO, 1997).

É inegável a afirmação de que o autor trabalhou a construção do livro didático dentro dos moldes do regime. Todavia, seria ousado afirmar que o autor era ou deixava de ser um simpatizante ou apoiador do regime. Isto não é, no entanto, o objeto de estudo do trabalho, algo que isoladamente seria difícil delimitar. É possível afirmar que, como foi uma obra construída durante a ditadura, seguiria um modelo tido como ideal pelos pensadores educacionais ligados ao governo da época. Em outras palavras, se o professor era simpatizante ou não do regime, ao nosso trabalho isto não interessa muito, o que é buscado na pesquisa é a adequação do livro didático aos interesses do governo vigente.

Outro livro que tomamos conhecimento e causou estranheza devido à sua estrutura foi o chamado *Livro do Magistério*, de autoria da Equipe Revista Pedagógica

⁶ Haja vista que, segundo Fico (1997), a criação da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) é anterior à onda de manifestações e protestos contra o regime no ano de 1968. A agência é criada em janeiro de 1968 (FICO, 1997, p. 92).

Brasileira. Produzido por volta de 1995, ainda não havia sido contagiado pela nascente mudança das abordagens pedagógicas e didáticas surgidas após o advento da Constituição de 1988. Embora a ditadura militar tenha oficialmente sido encerrada no ano de 1985, com eleição indireta de Tancredo Neves para a presidência do Brasil, as estruturas sociais, políticas e econômicas ainda se encontravam completamente impregnadas pelo conservadorismo ditatorial. É importante ressaltar que a queda do regime militar do Brasil foi consequência de um erro de estratégia dos militares onde, de acordo com a nossa visão, uma disputa interna abriu espaço para um candidato de terceira via, mas que, ainda assim, era um representante das classes conservadoras e com fortes ligações ao regime, haja vista a escolha do vice José Sarney (CAMARGO, 1989). Também cabe lembrar que, mesmo com a aprovação da Constituição de 1988, manteve-se arraigado, no ensino brasileiro, muitas das ideias e práticas das décadas de 1960, 1970 e 1980.

Retomando o debate sobre a obra, destacamos que o *Livro do Magistério* foi produzido com a ideia de ser um manual para as professoras do Ensino Primário (hoje primeiro segmento do Ensino Fundamental), explorando com bastante intensidade as datas cívicas e comemorativas e a valorização dos grandes vultos históricos. Em cada seção, as professoras primárias podiam contar, em ordem sequencial de data, com os principais festejos do calendário nacional, incluindo os aniversários das principais capitais brasileiras, como Rio de Janeiro e Porto Alegre, e curiosamente, datas que, na década de 1990, já se mostravam em desuso, como 20 de fevereiro de 1941, a criação do Correio Aéreo Nacional (CAN).

Outra data que chama a atenção em sua comemoração é o dia 31 de março de 1964. De novo, faz-se necessário lembrar que a edição utilizada como nossa referência é da década de 1990, ano de 1995, onde o dia 31 de março já não fazia parte do calendário de eventos nacionais, muito menos era tratado como *Movimento Militar de 1964*, forma como o livro denomina o golpe daquele ano. Duas eleições presidenciais já haviam ocorrido em nosso país após o fim da ditadura, e ainda era possível encontrar referência comemorativa à deposição de um presidente em exercício, eleito democraticamente. Outro ponto fortemente utilizado é a valorização dos grandes vultos como, por exemplo, Marechal Deodoro, e ainda, a descrição com datas de início e fim de mandato de todos os presidentes da história republicana brasileira (figura 2).



Figura 2 – O livro do Magistério
 Fonte: (Ed. Revista Pedagógica Brasileira, 1995).

Como defendemos neste artigo, esta é apenas uma reflexão sobre o material produzido, e não um julgamento dos autores. É notório que o livro foi produzido ainda em um modelo que já estava em decadência, mas não podemos esquecer que as mudanças propostas e possíveis com o fim da ditadura levaram muitos anos para serem aceitas e adequadas pela maioria da população. De certa forma, até hoje sofremos com a herança do regime em nosso cotidiano, e não poderíamos esperar que tais mudanças de mentalidade ocorressem imediatamente.

É certamente compreensível que o livro, provavelmente produzido ainda durante a ditadura e reeditado em novas publicações posteriores, contenha grande quantidade de ideias e conceitos, tanto ideológicos quanto didáticos, daquele período no Brasil. Principalmente quando tratamos de material que era direcionado às professoras primárias que, até hoje, trabalham com o estudo e a problematização de datas e figuras importantes, mesmo que com um foco diferenciado daquele proposto na época. Explicitando de outra maneira, como qualquer produto cultural do homem, os livros didáticos também foram passíveis de ser usados das mais diferentes formas, para perpetuação da ordem vigente, para crítica ao sistema social, entre outros fins.

Diferente da obra anterior, que ainda carregava um modelo de produção intelectual característico do período ditatorial e demonstrando uma adequação à nova realidade republicana brasileira, analisamos o livro *História do Brasil*, de Francisco de Assis Silva (SILVA, 1994). Caminhando em direção às principais mudanças no modelo educacional a partir da década de 1990, podemos apontar Silva como um autor moderado. Ou seja, sua obra

nos pareceu transitória. O volume analisado da coleção dedica-se ao Brasil Império e à República, mostrando uma grande preocupação com o trabalho historiográfico mais recente e, ao mesmo tempo, utilizando um modelo didático que entrou em desuso. Na obra, o autor separou os dois primeiros anos do antigo ginásio para estudar a História do Brasil e os dois últimos anos para o estudo da História Geral, o que atualmente não é feito, pois os autores preocupam-se em mesclar os conteúdos de acordo com a época em que os fatos aconteceram, buscando, assim, uma interligação entre fatos nacionais e mundiais.

Tratando do outro ponto, com relação à historiografia, é notória a preocupação do autor em se adequar aos novos modelos historiográficos, que são produzidos incessantemente pela academia. Diferentemente dos outros livros abordados em nosso trabalho, Assis Silva mostrou uma preocupação em exibir variadas visões sobre o mesmo fato, além de tentar, de certa forma, dar mais espaço à chamada *história dos vencidos* quando, por exemplo, abriu espaço para exibição de fotografias de manifestantes opositores do regime militar ou, ainda, utilizar como capa uma pintura mostrando um operário, homem simples, na frente de um maquinário a vapor (figura 3).



Figura 3 – Livro História do Brasil
Fonte: (SILVA, 1994).

Isto não significa que o autor assuma posição de apoio ou oposição ao regime. Ao que nos pareceu, sua ideia é de simplesmente relatar os fatos, deixando a análise para o aluno e o professor, haja vista que, ao mesmo tempo em que mostra uma fotografia do Comício das Reformas de Base contendo, ao centro da fotografia (figura 4), uma enorme bandeira com o rosto de João Goulart (FERREIRA, 2003), mostra outra, referente ao atentado na *Lan-Chile*, em 1973. Curiosamente, o autor trata o atentado como *terrorismo de esquerda*, algo superado pela historiografia mais recente (figura 5).



Figura 4 – Comício das Reformas de Base
Fonte: (SILVA, 1994, p. 107)



Figura 5 – Terrorismo de Esquerda
Fonte: (SILVA, 1994, p. 115)

Outra novidade para os padrões da época é a apresentação de quantidade significativa de imagens. Por meio delas, o autor perpassa todos os governos militares e mostra, em cada um deles, o legado positivo e negativo (SILVA, 1994).

Talvez este não tenha sido o livro mais *polêmico* ao tratar da ditadura militar. O autor buscou assumir um tom mais moderado, procurando manter certo afastamento, tanto da defesa do regime quanto da oposição a ele. Talvez sua maior contribuição seja a de realizar uma obra transitória, deixando para trás um modelo político e historiográfico de fazer livros que contribuíssem para a propaganda do regime.

Diametralmente oposto ao autor anterior, Mário Schmidt (2001), em seu livro *História Crítica do Brasil* expôs, de maneira visceral, sua formação marxista. Como já foi escrito no limiar do século XXI, demonstrava fortemente a sua posição de combate, através da historiografia, à memória que fora construída em favorecimento ao regime militar pelos últimos 40 anos.

Adotando um discurso muito radical, a proposta do autor foi inovadora e ousada, quando aborda o período ditatorial brasileiro, propondo, por meio dos seus textos e imagens, que o aluno analisasse criticamente as principais características daquele período. Não podemos deixar de ressaltar a importância do autor, ao trazer para a discussão, na sala de aula, conceitos que, até então, eram evitados dentro de livros didáticos como, por exemplo, o conceito de *ditadura civil-militar*.⁷ A utilização deste conceito mostra o quanto o autor está

⁷ O conceito de *ditadura civil-militar* foi amplamente debatido quando ocorreu a rememoração dos quarenta anos do golpe militar de 1964. No momento em que a obra de Schimdt foi produzida, o conceito estava surgindo e era defendido por historiadores como Carlos Fico e Daniel Aarão Reis. Propunha que, devido à

preocupado em se utilizar da historiografia de ponta, que ainda estava inerente aos meios acadêmicos, colocando à disposição do aluno.

O conceito de *golpe civil-militar* pressupõe que amplos setores da sociedade civil (COX, 2007) não só desejavam como apoiaram a tomada do poder perpetrada em 1º de abril de 1964. Durante muitos anos, foi de comum acordo a ideia de que os militares sozinhos tomaram o poder, e assim o mantiveram durante 21 anos. O que a atual historiografia desmente, e com razão, pois existiam parcelas das classes média e alta da população que há muito desejavam uma intervenção militar, além do fato de os próprios militares também já ansiarem o poder há mais de dez anos (RAMOS, 2015).

Contudo, não é só esse exemplo que torna o livro de Schmidt (2001) um avanço para o seu tempo. Por suas páginas, o autor, no desejo de trazer à tona a historiografia marxista, acabou por radicalizar o seu discurso, tratando, com certa virulência e certo grau de juízo de valor, de temas mais polêmicos. Acreditamos que tal defesa da verdade histórica seja importante, mas a busca da imparcialidade não pode ser deixada de lado para não cairmos em um maniqueísmo pobre, pelo qual, por vezes, o autor se deixa levar. O radicalismo adotado por Schmidt (2001) acaba por servir de munição a favor dos opositores do ensino de viés marxista nas escolas (figura 6). As imagens chocantes e comentários debochados sobre as classes média e alta caem como uma luva para o ataque de setores mais conservadores da sociedade, como foi o caso do jornalista Ali Kamel, em sua tentativa de proibir a venda e distribuição do livro no Brasil.⁸ Com isto, um estereótipo do militante de esquerda radical e *doutrinador* das ideias marxistas foi conferido a Schmidt.

participação de grupos civis no golpe de 1964, o termo mais adequado para denominar a ditadura seria *civil-militar*. No entanto, atualmente, esta visão já foi revista e é defendida a noção de *golpe civil-militar* e, devido à perda de apoio gradual da sociedade civil que os militares tiveram, entendemos que o termo mais adequado seria *ditadura militar*, corroborando, inclusive, com a visão atual do próprio Carlos Fico (2014).

⁸ O livro didático que a Globo quer proibir. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=23791&id_secao=10>. Acesso em: 15 mar. 2014.



Figura 6 – Radicalismo
Fonte: (SCHMIDT, 2001:278)

Diante de tais autores e livros didáticos tão diferenciados, ficaria difícil buscar uma uniformização de ideias. No entanto, podemos perceber que, em primeiro lugar, os autores buscaram escrever de acordo com seu tempo. Enquanto existiam poucas possibilidades e espaços democráticos, submeteram suas produções aos interesses dos grupos dominantes. Sob intensa censura, aquilo que era produzido deveria estar de acordo com a normatização do regime. Defendemos que, de acordo com a metodologia utilizada para a pesquisa, não houve como medir se os autores apoiavam ou não a ditadura. Seria abusiva demais, tal afirmação.

Considerações Finais

Com base nas obras analisadas, concluímos que alguns fatores levaram à produção do material: em primeiro lugar, as ideias expressas no livro foram reflexos da produção historiográfica da época. Em um período em que a historiografia se deixava mais factual, foi permitido a tais autores descreverem os grandes vultos, os grandes fatos, os grandes feitos. Houve o momento de transição historiográfica, que foi levado adiante pelos autores mais recentes e o período em que predominou a historiografia mais combativa, marxista, que foi amplamente utilizada pelo contemporâneo Schmidt. Outro ponto relevante é o fato de que o momento social em que os autores produziam permitiu ou não a divulgação de ideias menos ou mais combativas ao regime. O momento social foi e ainda é marcante para a escrita da História. Finalmente, a tecnologia com a qual cada autor contou para a produção de seu texto influenciou diretamente no resultado da obra. Estas tecnologias permitiram não só a evolução do *contar a história*, também a evolução do próprio livro didático.

Enfim, a década de 1990, de acordo com os livros analisados, foi de transição de modelos, costumes e ideias. Sobre essa transição, ainda é difícil de medir as consequências devido à proximidade histórica, mas certamente vieram para mudar a maneira como nossos atuais e futuros alunos enxergarão o período da ditadura civil-militar no Brasil. Independente da maneira como ela foi e será retratada e do modo como tais alunos vão captá-la, torcemos para que desta ditadura *não se esqueça, para que nunca mais aconteça*.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. ***Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo***. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1006**, de 30 de dezembro de 1938.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8460**, de 26 de dezembro de 1945.

CAMARGO, Aspásia. As Dimensões da Crise. In: CAMARGO, Aspásia; DINIZ, Eli. ***Continuidade e mudança no Brasil da Nova República***. São Paulo: Vértice, 1989.

CARVALHO, L. G. Motta. ***Ensino Moderno de História do Brasil***. São Paulo: Editora do Brasil. Ed. nº 30.

CORRÊA, Rosa Lydia Teixeira. ***O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação***. Cadernos Cedes, ano XX, n. 52, nov./2000, p. 11-24.

COX, Robert W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In GILL, Stephen. ***Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais***. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

FERREIRA, Jorge. O Governo Goulart e o Golpe Civil-Militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). ***O Brasil Republicano O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964***. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. Espionagem, Polícia Política, Censura e Propaganda. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). ***O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX***. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. ***Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil***. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

FISHLOW, Albert. **Uma história de dois presidentes: a economia política da gestão da crise.** In.: STEPAN, Alfred (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

MAESTRI, Mário; CARBONI, Florenci. **A Linguagem Escravizada: língua, história, poder e luta de classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MIRANDA, Mário Angelo Brandão de Oliveira. **A questão da legalidade no contexto das crises políticas de 1955 a 1964 no Brasil.** Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, 2010.

O livro didático que a Globo quer proibir. Disponível em: http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=23791&id_secao=10. Acesso em: 15 mar. 2014.

O Livro do Magistério. São Paulo: Editora Revista Pedagógica Brasileira, 1995.

RAMOS, Diego. **A UPPES e sua Relação com a Ditadura Militar (1968-1978).** Dissertação (Mestrado), Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores – UERJ/FFP, São Gonçalo, RJ, 2015.

REIS FILHO, Daniel Aarão. O colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história. Debate e crítica.** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

REZNIK, Luís. **Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e Luta Armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SCHMIDT, Mário F. **Nova história crítica.** São Paulo: Nova Geração, 2001.

SILVA, Francisco de A. **História do Brasil.** São Paulo: Moderna, 1994.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 1964.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

VILLA, Marco Antônio. **Jango: um perfil (1945 – 1964).** São Paulo: Globo, 2004.

RECEBIDO EM 20 DE AGOSTO DE 2016.

ACEITO EM 02 DE ABRIL DE 2018.